

Outras notícias

Assédio moral ou sexual: denuncie!

O assédio moral, no seu alcance mais amplo, tem a natureza de ato ilícito, isto é, contrário ao direito, que lhe nega, por isso, aptidão para produzir validamente o efeito desejado por sua prática e, indo adiante, reconhece a responsabilidade do agente pelo ressarcimento do dano material e/ou pela reparação do dano moral.

Situações de assédio moral:

- Atribuição de tarefas complexas com prazos de cumprimento incompatíveis;
- Ocultação deliberada de informações essenciais ao bom cumprimento das tarefas;
- Críticas insistentes e públicas ao desempenho sem apuração das razões possíveis para o fato;
- Segregação de trato do empregado mediante contato por meio de terceiros;
- Humilhação pública (confinamento do ambiente de trabalho, revistas pessoais e de mesa de trabalho, inadequação do ambiente de trabalho);
- Ameaças constantes de despedida individual, ou coletiva;
- Tratamento rude ou irônico com realce de dotes individuais negativos;
- Insinuações de desvios de conduta sexual ou social;
- Ociosidade deliberada, rebaixamento funcional.

Desconto Assistencial.....

O desconto assistencial é uma das verbas que sustentam a atuação e a estrutura do Sindicato e serve para custear as lutas da categoria, inclusive campanha salarial. Embora importante, o desconto assistencial não é obrigatório e a categoria decide sobre o percentual ou valor do desconto em assembleias convocadas democraticamente pela entidade. No último dia 28, foi deliberado em assembleia do Sintect/JFA o desconto assistencial de 3% sobre o salário bruto, sendo dividido em duas parcelas de 1,5% cada, em outubro e novembro.

Em matéria publicada no dia 24 de agosto de 2009, pela revista ÉPOCA, SOBRE AS 100 MELHORES EMPRESA PARA SE TRABALHAR, a ECT não foi citada. Talvez pelo motivo de seus dirigentes não se importarem com tal problema. Aconselhamos a comissão que cuida do Clima Organizacional que leia a matéria e ajude a empresa a também fazer parte desse grupo.

Júlio Macedo - Secretário Geral

Humilhação
Talvez os homens não entendam o alcance do sentimento feminino de humilhação, nojo e culpa. Estamos falando do Dr. Roger Abdelmassih, especialista em reprodução humana, que fez com que suas pacientes se tornassem reféns da sua vontade e do seu poder. Especialmente porque ele prometia dar a suas pacientes a capacidade de gerar um filho, mas aproveitava esse momento de fraqueza para assediá-las sexualmente.

O motivo de algumas mulheres terem denunciado esses abusos somente agora é restabelecer a verdade, restaurar a dignidade e devolver a humilhação sofrida. Um médico que trai a confiança de suas pacientes deveria rasgar o diploma.

Magdalena Machado - Secretária da Mulher



Falta segurança nos bancos postais

Por Sandro Alves Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

É de conhecimento público e notório que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos firmou um contrato com o Banco Bradesco S.A., com vistas a criar o chamado "BANCO POSTAL", com atuação em todo o território nacional. O contrato prevê que todas as agências dos correios passem a atuar como agências do Banco Postal.

Ocorre que, apesar de sujeitas aos mesmos riscos a que estão submetidas as agências bancárias, as agências dos correios não estão equipadas com os dispositivos de segurança, nem tampouco estão contando com profissionais (vigilantes) adequados a minimizar esses riscos.

Hoje o Banco Postal é uma realidade, em pleno funcionamento, e os Correios, juntamente com o Bradesco, têm auferido lucros enormes com esta atividade, sem, contudo, cercarem-se dos cuidados com a segurança que a atividade exige, haja vista que os bancos lidam com grande quantidade de numerário.

Cumpram ressaltar que as agências de correios, onde funcionam os chamados Bancos Postais, foram inicialmente projetadas para o recebimento e envio de cartas e encomendas. Nenhuma adaptação (obra física) foi realizada para que efetivamente fossem exercidas as novas atividades (agências bancárias).

Os bancários, com as mesmas funções e lidando também com grandes quantias em dinheiro, têm a seu favor um enorme aparato para se EVITAR (OU DIFICULTAR) ASSALTOS OU QUALQUER ATO QUE COLOQUE EM RISCO A VIDA E A INTEGRIDADE FÍSICA DOS SEUS EMPREGADOS. Nos bancos há sistemas de alarmes, sistemas de monitoramento integral, cofres programados, porta giratória que detecta metais, vigilância treinada com porte de armada, botões de alarmes, dinheiro coletado em carros especiais (carros forte), etc., etc.

Vê-se, portanto, que é da ECT a responsabilidade pela segurança que deverá ser oferecida aos seus empregados e clientes, como consequência dos serviços prestados, devendo tomar as medidas adequadas para este fim.

Sindicalize-se! O Sintect/JFA conta com você!

Preencha a ficha e entregue a um de nossos dirigentes ou envie pelo endereço abaixo

Ficha de Filiação ao Sintect/JFA



Nome completo

Endereço residencial

CEP Cidade Nascimento
/ /19

Cargo Matrícula Lotação

E-mail Telefone

Através desta ficha, solicito minha filiação ao Sintect/JFA e autorizo a ECT descontar em folha, em favor do Sintect/JFA, contribuição mensal conforme estatuto do Sindicato

Local e data

Assinatura

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - Sintect/JFA
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sintectjfa@sintectjfa.org.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: Josimar de Castro - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1200



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filiado a FENCT CUT

Notícias Sindicais

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - www.sintectjfa.org.br

Setembro de 2009

Interesses políticos levam Campanha Salarial... ao caos

Toda batalha deixa suas feridas e suas cicatrizes. Todas as cicatrizes guardam memórias de como foram provocadas e o alerta para que não se repitam. Deste conturbado acordo coletivo, fica para nós a necessidade de analisarmos as feridas provocadas pelo "Bando dos Quatro" (PSTU, MRL, ASS, PCO). Além disso, é claro, fica sobre nossos ombros a responsabilidade de tratar e curar estas feridas para que alguns poucos "germes" não adoeçam todo o corpo sadio do movimento sindical ecetista.

Com o cair da máscara, desta vez, o verdadeiro Bando dos Quatro, mostra a sua cara e revela seus interesses. Assumindo sua postura partidária, deixa a classe trabalhadora em segundo plano em suas discussões e no momento do Acordo Coletivo de Trabalho se direciona ao embate político para as próximas eleições. Esta fixação pela rinha partidária deixou à margem da luta uma categoria que necessita de representação sindical para seus anseios. A "TURMA DO SOU DO CONTRA" usou o nome e a influência da categoria em causa própria, sustentando a rejeição da proposta e seu status partidário com a famigerada greve de carimbo.

Com o esvaziamento da greve nesses sindicatos, ficou comprovado que a categoria não necessita deste tipo de representação sindical com amarras partidárias. Necessita sim, de quem defenda os interesses do trabalhador que já não

tem tempo nem saúde para sustentar oportunistas e aventureiros que tratam o sindicato como birô eleitoral, ou colônia de férias.

Esse tipo de comportamento nos expôs ao risco de perder todo trabalho que vem sendo desenvolvido de forma árdua num processo de construção sindical responsável. Nos expôs ao risco de perder o respeito da sociedade e da opinião pública, nos expôs ao risco de perder o peso político da credibilidade conquistada por nós, com tanto suor em longos anos de lutas.

Maquiados e vestidos de ignorância e incapacidade de autonomia, mostraram-se vulneráveis à manipulação partidária, enfrentando a vontade dos trabalhadores. Assim, o Bando dos Quatro agiu de forma indigna, desrespeitosa e irresponsável com a função de representante sindical. Corrompidos e manipulados pelo desejo insano da disputa eleitoral, sua obsessão fez com que tomassem para si o papel da empresa, que é denegrir a imagem do movimento sindical em todas as esferas possíveis, inclusive internamente.

Cabe a nós trabalhadores agora a análise crítica, a cobrança e a rejeição desse tipo de representação, que não corresponde ao compromisso com a categoria. Temos de entender que quando se rendem à política, vendem os anseios de toda a categoria. Cabe aos trabalhadores exercer a política que lhes compete, a própria política. Não se deixando influenciar por interesses diferentes dos seus.

Diretoria do Sintect/JFA

Acordo analisado pelo Dieese

O Acordo Coletivo de Trabalho deste ano trás a novidade da vigência das cláusulas econômicas para o período de dois anos, ou seja, até julho de 2011. O reajuste oferecido é de 9% agora e mais um valor igual para todos de R\$ 100,00 em janeiro/2010.

Os 9% cobrem a inflação acumulada nos doze meses passados até agosto deste ano e uma previsão de inflação para os doze meses de agosto/09 e julho/2010. Há um ganho salarial para os empregados pelo simples fato de haver a antecipação de um reajuste que ocorreria somente na próxima data-base. Mas o grande ganho se configura no reajuste de R\$ 100,00, que representará algo entre 14% para o menor salário (já reajustado em 9%) e 1% para o topo da tabela salarial. Assim, o reajuste total ficará entre 24% e 10%, conforme o salário, sendo que em média que o reajuste pode ser estimado em aproximadamente 17%.

Outro ponto importante é o da cláusula de "salvaguarda", que assegura eventuais diferenças se a inflação até agosto do ano que vem superar os 4,5%. Ou seja, desde já fica como que garantido o repasse integral e antecipado da inflação que seria negociada na data-base de 2010, sem contar o aumento real acima indicado. E quanto à inflação após agosto de 2010, esta será negociada na data-base de 2011, como de costume.

Além disso, a proposta salarial veio acompanhada de reajustes significativos nos benefícios, já prevendo majorações para o ano que vem, em percentuais acima da inflação.

Clóvis Scherer - DIEESE



Trabalhadores e trabalhadoras ecetistas se mobilizaram com muita garra e perseverança durante os quatro dias de greve em Juiz de Fora

Você sabia

Em defesa do PL 1621/07

O Projeto de Lei nº 1621/2007, elaborado pela Central Única dos Trabalhadores - CUT e apresentado ao Congresso pelo deputado Vicentinho, visa regulamentar as relações de trabalho nos processos de terceirização e objetiva, fundamentalmente, coibir a terceirização e combater a precarização.

Além do PL 1621/07, mais dois projetos sobre regulamentação das relações de trabalho nos processos de terceirização tramitam no Congresso. O tucaníssimo PL 4302/1998, encaminhado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) propõe a legalização da terceirização no Brasil e pode ser considerado como um dos maiores ataques aos direitos trabalhistas já ocorridos em nossa história recente. O projeto de FHC regulamenta a intermediação de mão-de-obra por meio de empresas prestadoras de serviço, o que acarretará, por exemplo, na regulamentação da terceirização no setor público. Na mesma linha do PL de FHC está o Projeto de Lei nº 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PL-GO), só que em vez de trabalho temporário, o Projeto propõe a regulamentação das relações contratuais que envolvem a terceirização, isentando empregadores de qualquer responsabilidade com os direitos dos trabalhadores.

A CUT há décadas tem denunciado estas práticas patronais que, infelizmente, têm sido respaldadas por projetos como esses, que retiram direitos, desregulam e flexibilizam as relações de trabalho. Ultimamente tem-se conseguido importantes apoios, de juízes e procuradores do trabalho que também são contrários aos processos que levam à precarização.

Conheça os principais elementos do PL 1621/07:

- Direito à informação prévia;
- Proibição da terceirização na atividade-fim;
- Responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas;
- Igualdade de direitos e de condições de trabalho;
- Penalização das empresas infratoras.

Formação Sindical

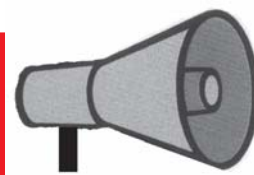
por Geraldo França,
diretor de Formação e Saúde

A formação sindical hoje, no mundo do trabalho, é mais que necessária. Quanto mais os trabalhadores estiverem esclarecidos, melhor capacidade de defender os seus direitos terão. O Sintect/JFA convoca a todos para juntos discutirmos as situações que envolvem os trabalhadores dos Correios, como a conjuntura atual da ECT e do país.

Companheiros, compareçam ao Sindicato. Aqui é sua casa, onde terá todas as orientações que necessita. É seu direito, está na CF/88. O Sintect/JFA estará sempre ao lado do trabalhador, e está cada vez mais levantando a bandeira da ética, da moral e do respeito.

Acesse

www.sintectjfa.org.br



“ACORDA MINAS!”

Precariedade

Problemas nos CDDs, gestão ou recursos

A qualidade do Clima Organizacional e operacional do CDD-LESTE/JFA deixa os demais CDDs a anos-luz de distância. Ainda não é o melhor modelo, mas tem recebido elogios dos trabalhadores, principalmente se comparado aos demais. Esse modelo de estrutura e gestão mostra que existe solução para os problemas, e que é fácil identificá-los. Basta ter um pouco de boa vontade, uma dose de criatividade e muita competência.

Enquanto isso, a dor de cabeça continua nas demais unidades, em todas elas, principalmente no interior. Parece que ninguém quer assumir as inúmeras irregularidades que assolam a DR/MG,

principalmente no quesito gestão. Em raras ocasiões identifica-se uma ou outra unidade que passou por reforma ou obteve algum recurso. A maioria se encontra em péssimo estado, tanto no aspecto estrutural como no funcional, com precárias condições de trabalho, efetivo incompleto, falta de segurança e etc. Chega a faltar até água em certas unidades. O crescente lucro da ECT, dessa forma, é justificado. Sucatear a empresa não é o melhor negócio para a imagem da ECT, a não ser que pretendam privatizá-la. Condições dignas de trabalho é direito de todos. Vamos EXIGIR da ECT que nos atenda. Reclame, reivindique, denuncie. Venha para o Sindicato. Vamos lutar juntos.

A seção “Acorda Minas” denuncia os graves problemas das unidades da ECT em Juiz de Fora e cidades da Zona da Mata, comprovando o descaso da empresa com o funcionalismo. É hora de acordar e virar o jogo!

“Opinião”

Por que a mobilização é necessária?



Geraldo França
Dir. Formação e Saúde

“Apesar de os trabalhadores se apresentarem em maior número, a classe dominante é a que predomina. As mobilizações surgem em meio a necessidade de manter o padrão de vida, de valorização da mão de obra, de respeito e de condições de trabalho. Infelizmente, só os argumentos não bastam para convencer os patrões das necessidades do indivíduo trabalhador. A maioria dos empresários só pensa em aumentar o lucro com o mesmo investimento e capacidade de trabalho. Já resta para a classe trabalhadora correr atrás do prejuízo ou concordar em receber a sobra. A mobilização resulta em negociação e é a melhor, e única, forma de manter ou melhorar o padrão de vida do trabalhador.”



Gustavo Rodrigues
Dir. Divulgação e Cultura

“A mobilização não é necessária, ela é vital. Qualquer trabalho de construção ou conquista pretendida torna-se ágil aos pés da mobilização. Não se projeta a visão do anseio de um só como o anseio de uma massa. A mobilização representa organização, foco, direção e força, muita força. A mobilização produz ganhos estáveis, já que tirar de um é mais fácil do que tirar de muitos. Sua importância é tamanha que alguns setores privados, como já testemunhamos, pagam para que manifestantes de aluguel façam mobilização em seu nome. O fato é que a mobilização não se resume no âmbito sindical. Em todo contexto social ela se faz necessária. Quando em um só, não nos tornamos massa. Mas quando em massa, nos tornamos um só.”



Josimar de Castro
Presidente

“A palavra “mobilização” foi primeiro usada, em um contexto militar, para descrever a preparação do exército prussiano durante os anos de 1850 e 1860. Mobilização é o ato de ajuntar as pessoas em torno de um mesmo objetivo, sendo ferramenta essencial para a classe trabalhadora, que dela se utiliza para atender as suas principais necessidades. Os direitos que hoje temos são frutos de mobilizações. Onde quer que exista interesse coletivo, sempre haverá mobilização. Funciona como um dos pilares da democracia. Onde não existe mobilização, certamente não existe liberdade. Mobilizar é construir, é transformar, é conquistar. É um ato de coragem que transforma as pessoas em cidadãos.”



Cleber Pereira
Dir. Divulgação e Cultura

“Primeiramente, deve-se diferenciar mobilização de paralisação. A paralisação tem um objetivo único, específico e imediato. A mobilização é um processo de longo prazo, em que os trabalhadores têm que ser conscientizados dos deveres e dos direitos que possuem, e assim unir forças junto aos sindicatos num objetivo comum, que é a melhoria das condições de trabalho de suas unidades e, principalmente, da defesa de seus direitos. Não adianta a mobilização de um, ou de um grupo de trabalhadores. A mobilização tem que ser de todos. Dessa forma, as reivindicações dos sindicatos ficam mais fáceis e produtivas. E esta mobilização não se restringe somente ao ambiente de trabalho, mas deve ser praticada em âmbito social. A sociedade mobilizada de forma ampla pode ter um maior controle sobre as políticas públicas. Uma sociedade mobilizada preocupa os governantes, e os trabalhadores mobilizados preocupam os gestores.”

PDV atropela CT/JFA

Sem condições, trabalhadores pedem socorro

Após a saída de valiosos trabalhadores no PDV, instituído pela ECT de abril a junho de 2009, vários setores e unidades da empresa passam por um verdadeiro caos. Setores, como o da engenharia em Juiz de Fora, foram totalmente extintos, não restando nenhum trabalhador. Fecharam literalmente as portas. Ninguém sabe informar quem é que está respondendo ou vai responder pela referida área. Dos setores que ainda permaneceram em atividade, todos funcionam precariamente, entre esses, destaca-se o CT/JFA, que vai na contra mão do desenvolvimento e do crescimento do fluxo postal de nossa região e sofre diariamente com a falta de efetivo, enlouquecendo os chefes e massacrando os trabalhadores.

O clima de pressão esgota o efetivo da unidade e assusta os possíveis candidatos à transferência para o setor. Nenhum carteiro, ainda que pese a atividade penosa e rotineira, quer trabalhar em um local onde predomina o autoritarismo da gestão em conjunto com as péssimas condições de trabalho, falta de segurança, ambiente insalubre, empoeirado e sob elevada temperatura, cabendo ao responsável pela Segurança do Trabalho, uma minuciosa apuração de todo esse aparato de irregularidades. Enfatizamos também a urgência de avaliação de todo o sistema de gestão pois os constantes e repetidos erros clamam pela reciclagem. Diante disto, caberia à DR/MG exercer um de seus anúncios “PILARES”, que é o tão solicitado “Clima Organizacional”, que só conhecemos pelo título, já que na prática a história é outra.

Manifestação de Santa Rita de Jacutinga-MG provoca CPI da Vale

No dia 30 de setembro, sindicalistas de toda a região, convocados pela CUT Regional Zona da Mata/MG, realizaram uma ato de protesto contra as 66 demissões da Vale em Santa Rita de Jacutinga, onde a empresa encerrou suas atividades. Estiveram presentes a CUT Regional Zona da Mata, o Sintect/JFA e vários sindicatos da região.

O ato contou com mais de 300 participantes que se manifestavam a cada fala dos sindicalistas presentes. O desrespeito da Vale com seus trabalhadores e com o povo de Santa Rita de Jacutinga levou a indignação a todos.

O advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e também do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga adiantou que, juntamente com o advogado dos trabalhadores de Santa Rita, irá entrar com uma ação jurídica para reverter a demissão em massa realizada pela Vale.

O apoio dos diversos sindicatos e da CUT chamaram a atenção dos trabalhadores para a possibilidade de ocupação da empresa pelos trabalhadores. O vereador Betão (PT/JF) afirmou

O efeito da precariedade da mão-de-obra no CT/JFA há muito é percebido nos CDDs que vêm processando diariamente grande parte da carga que deveria ser tratada no Centro de Triagem, no CT/JFA. Não cabe aos CDDs assumir mais esta atividade que, além de desgastante, compromete a atividade do carteiro, diminuindo o seu tempo de percorrida externa, gerando reclamações dos trabalhadores, insatisfação dos clientes e resto na unidade. Resto este que deveria ser melhor “apurado”.

O CEE/JFA também é outro problema, onde os trabalhadores do setor estão sempre sobrecarregados numa jornada desumana, com horários impossíveis de serem cumpridos e o número de objetos a serem entregues sempre superiores ao previsto para o distrito. E o que mais impressiona é a falta de criatividade e habilidade de nossos administradores em resolver os antigos problemas, que de tão complexos poderão levar o setor à terceirização. Até mesmo no aspecto físico, ambos os setores CT e CEE se compatibilizam, a ponto de um ocupar o espaço do outro inviabilizando as inovações necessárias. É notório que os trabalhadores fazem o possível e o impossível para manter a empresa de pé – infelizmente nossos gerentes e administradores nada fazem para recompensar e minimizar este esforço voluntário. A administração em pequenas e raras ações na maioria das vezes acaba por dificultar o áspero trabalho.

que irá levar o caso para ser discutido no Partido dos Trabalhadores.

Após o ato, os manifestantes, gritando palavras de ordem e fazendo discursos de indignação e de radicalização da luta, seguiram em passeata até a Câmara Municipal para a realização da Audiência Pública.

A pedido do presidente da Câmara, vereador Luiz Fernando do Vale, foi aprovado, por unanimidade a CPI da Vale. Outros encaminhamentos também foram tomados, como por exemplo, levar até a Assembleia Legislativa de Minas Gerais a reivindicação de uma Audiência Pública para debater sobre os desmandos da Vale em Minas.

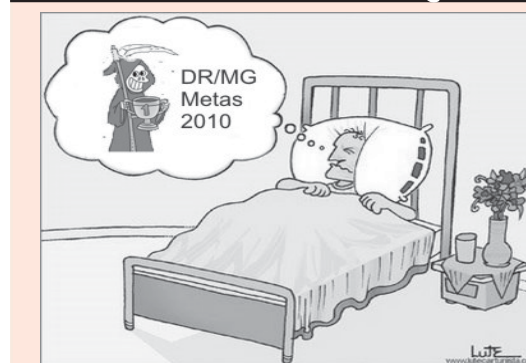
Com certeza, essa é uma luta que está apenas começando, mas a CUT Regional Zona da Mata-MG deu um grande importante impulso a essa luta. Vamos seguir apoiando e participando de todas as lutas que surgirem em nossa região.

(Fonte: CUT Regional Zona da Mata)

Não diferente da situação em Juiz de Fora, praticamente em todas os municípios de Minas Gerais o fato se repete. Para amenizar o problema até mesmo terceirizar a atividade fim, que é proibida por lei, a DR/MG faz, negando descaradamente no Tribunal de Justiça (TRT/MG - 06/02/2009). A verdade é que os Correios transferem para os trabalhadores a responsabilidade de arcar com todos os compromissos assumidos pela empresa, principalmente quanto a qualidade, responsabilidade e confiabilidade. Compromisso de honra dos trabalhadores com os clientes da empresa, que custa caro, muito caro para todos, principalmente para as famílias dos funcionários exaustos, estressados e ainda por cima mal avaliados.

A famosa “DOBRA” que é um artifício usado pela empresa para “quebrar o galho do usuário”, já está virando rotina nas cidades do interior. Para atender o compromisso e não ser desclassificado pelos chefes, tem empregado trabalhando de graça, até mesmo no horário de almoço. Se trabalhar nos grandes centros já ficou insuportável, imaginem os trabalhadores do interior, onde não existe relógio de ponto e qualquer outra estrutura indispensável para a execução dos trabalhos. O fato é tão grave que hoje raro é o recém contratado que permanece nos Correios. A maioria desiste.

Humor



Charge com alterações do Sintect/JFA

Saúde & você

Atendente no interior

É inadmissível a condição de abandono dos atendentes da ECT no interior. A empresa não tem nenhuma preocupação com os mesmos, objetivando somente lucro, venda de produtos e metas inatingíveis. Quando acontece assalto, os funcionários envolvidos deveriam imediatamente ser conduzidos ao médico e, em caso de afastamento, ficar em casa e não passar serviço o dia todo, como jornada de trabalho. O Sintect/JFA denuncia esta prática abominável que acontece nas agências da Zona da Mata. O atestado médico é um direito desde janeiro de 1949, lei 605. Cabe à ECT obedecer à lei. Você que é atendente e está passando por esta situação denuncie imediatamente ao Sindicato, que tomaremos as medidas cabíveis.